



Anexo II da PT/GM/MTE/Nº 153, de 12/02/2009, publicada no D.O.U. de 13/02/2009 que aprovou o Regimento Interno desta Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, e tendo em vista o disposto no Inciso IV do artigo 3º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, resolve:

Nº 46 - Art. 1º - Designar como pregoeiro, de acordo com o Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 o servidor NED MASSIRONI CARUS, matrícula SIAPE nº 748686 e como Equipe de Apoio as servidoras, ROSSANA SILVA TEIXEIRA, matrícula SIAPE nº 754175 e MARIA MIRANDA matrícula SIAPE nº 256225.

Art. 2º - Para os fins previstos na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a autoridade imediatamente superior ao Pregoeiro é o Ordenador de Despesas da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Quando houver necessidade e ou conveniência de designar outros servidores e ou pessoas estranhas a Equipe de Apoio, para assessorá-la na licitação, a designação será feita em despacho exarado no respectivo processo, pelo Ordenador de Despesas da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Santa Catarina.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a portaria nº 14, de 19.02.2010, publicada no D.O.U. nº 35, de 23.02.2010.

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo capítulo IV, art. 31, Inciso VII do Anexo II da PT/GM/MTE/Nº 153, de 12/02/2009, publicada no D.O.U. de 13/02/2009 que aprovou o Regimento Interno desta Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, e tendo em vista o disposto no Inciso IV do artigo 3º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, resolve:

Nº 47 - Art. 1º - Designar como pregoeiro, de acordo com o Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 o servidor MARCOS MILC-ZAREK GEMELLI, matrícula SIAPE nº 1700761, e como Equipe de Apoio as servidoras, ROSSANA SILVA TEIXEIRA, matrícula SIAPE nº 754175 e MARIA MIRANDA matrícula SIAPE nº 256225.

Art. 2º - Para os fins previstos na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a autoridade imediatamente superior ao Pregoeiro é o Ordenador de Despesas da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Quando houver necessidade e ou conveniência de designar outros servidores e ou pessoas estranhas a Equipe de Apoio, para assessorá-la na licitação, a designação será feita em despacho exarado no respectivo processo, pelo Ordenador de Despesas da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Santa Catarina.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a portaria nº 14, de 19.02.2010, publicada no D.O.U. nº 35, de 23.02.2010.

CARLOS ARTUR BARBOZA

## Ministério do Turismo

### GABINETE DO MINISTRO

#### PORTARIA Nº 24, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV, do parágrafo único, do art. 87 da Constituição, tendo em vista o Decreto de 1º de fevereiro de 2011, publicado no DOU de 2 de fevereiro de 2011 e o inciso I, do art. 1º, da Portaria nº 1.056, de 11 de junho de 2003, da Casa Civil da Presidência da República, republicada no DOU de 12 de junho de 2003, resolve:

Nomear MARIA DAS GRAÇAS FONTES, para o cargo em comissão de Chefe de Assessoria, código DAS 101.4, da Assessoria Internacional deste Ministério.

PEDRO NOVAIS

### INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO

#### DESPACHO DO CHEFE DE GABINETE

Em 25 de fevereiro de 2011

O Chefe de Gabinete da EMBRATUR - INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 50, de 05 de outubro de 2010 e com base no disposto no Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, autoriza o Afastamento do País, dos seguintes servidores:

ENRICO ANTINORO, Chefe de Divisão da Coordenação Geral de Promoção da Diretoria de Produtos e Destinos, Código DAS - 101.2, para participar feira internacional ITB Berlim 2011, em Berlim/Alemanha, no período de 06 a 14 de março de 2011, com ônus, incluindo trânsito.

ALESSANDRA PIVA PENEDO, Coordenadora-Geral de Promoção da Diretoria de Produtos e Destinos, Código DAS - 101.4, para participar feira internacional ITB Berlim 2011, em Berlim/Alemanha, no período de 06 a 15 de março de 2011, com ônus, incluindo trânsito.

KAREM BAENA BASULTO, Coordenadora-Geral de Acompanhamento e Estruturação de Produtos da Diretoria de Produtos e Destinos, Código DAS - 101.4, para participar feira internacional ITB Berlim 2011, em Berlim/Alemanha, no período de 06 a 15 de março de 2011, com ônus, incluindo trânsito.

FABIO MANZINI CAMARGO

## Ministério dos Transportes

### GABINETE DO MINISTRO

#### DESPACHO DO MINISTRO

Em 25 de fevereiro de 2011

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, modificado pelos Decretos nº 2.349, de 15 de outubro de 1997 e nº 3.025, de 12 de abril de 1999, autoriza o seguinte afastamento do país:

- Paulo Sérgio Oliveira Passos, Secretário Executivo, com destino à República Popular da China e Emirados Árabes Unidos (Shangai, Beijing e Dubai), para participar de reuniões de trabalho e apresentar projetos brasileiros, inclusive na área de infraestrutura de transportes, junto a autoridades e empresários daqueles países, no período de 01 a 07 de março de 2011, incluído o trânsito, com ônus, conforme disposto no Decreto nº 91.800/85, art. 1º, inciso I.

ALFREDO NASCIMENTO

### SECRETARIA EXECUTIVA

#### PORTARIA Nº 39, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2011

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, da Portaria Ministerial nº 316, de 26 de maio de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 28 de maio de 2004 e considerando o disposto no inciso II, do art. 93, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentado pelo Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, resolve efetivar a seguinte requisição:

Nome: Raimunda Sousa Cruz de Melo

Cargo: Agente Administrativo

Matrícula SIAPE nº. 1319733

Origem: Ministério dos Transportes

Para: Defensoria Pública da União

Função/Cargo a ser ocupado: Não especificado

Amparo Legal: Art. 93 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentado pelo Decreto 4.050/01, c/c o art. 8º da Lei 11.314, de 03 de julho de 2006.

Responsabilidade do ônus: Órgão cessionário (previsto no art. 8º da Lei 11.314, de 03 de julho de 2006).

Processo nº. 50000.005062/2011-47

PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS

### SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS

#### PORTARIAS DE 25 DE FEVEREIRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, no uso das suas atribuições que lhe foram subdelegadas pela Portaria/SAAD nº 202, inciso VII, de 08 de outubro de 2010, publicada no Diário Oficial de 11 de outubro de 2010, resolve:

Nº 692- Tornar insubsistente a portaria nº 315/CGRH de 27 de janeiro de 2011, publicada no Boletim de Pessoal nº 02 de 31 de Janeiro de 2011, que indeferiu a pensão de LINDINALVA FERREIRA DOS SANTOS, na condição de Filha do ex-servidor PAULO BENTO DOS SANTOS, falecido em 14 de novembro de 1980. (Processo nº 50000.049800/2010-87) BA.

O COORDENADOR-GERAL DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, no uso das suas atribuições que lhe foram subdelegadas pela Portaria/SAAD nº 202, inciso VII, de 08 de outubro de 2010, publicada no Diário Oficial de 11 de outubro de 2010, resolve:

Nº 693- Conceder Pensão Vitalícia, de acordo com o artigo 5º, item I, alínea "a", da Lei nº 3373/58, combinado com o artigo 248 da Lei nº 8112/90, a BENEDITA FRANCISCA ALVES MARIANO, Companheira do ex-servidor MARIO JOAQUIM SOARES, falecido em 05 de Agosto de 1975, matrícula de origem nº 1118347 do Quadro Permanente deste Ministério, no valor correspondente a 100% (cem por cento) do provento integral do cargo de Agente de serviços de Engenharia (NI32), a partir de 01 de janeiro de 1991, observada a prescrição quinquenal em 27 de novembro de 1985, data do requerimento. (Processo nº 10768.026629/1986-97) RJ.

O COORDENADOR-GERAL DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe foram subdelegadas pela Portaria/SAAD nº 202, de 08 de outubro de 2010, publicada no Diário Oficial, de 11 de outubro de 2010, resolve:

Nº 694 -Conceder Pensão Vitalícia, nos termos dos artigos 215 e 217, inciso I, alínea "c", da Lei nº. 8112/1990 (D.O.U. 12/12/90), e CF, art. 40, § 7º, I, com a redação dada pela EC nº. 41, de 19.12.2003 c/c Medida Provisória nº. 167, de 19.02.2004 e art. 2º, I, da Lei nº. 10.887, de 18.06.2004, à DIONY FELIX, companheira do ex-servidor ZUMAR MAGALHÃES BASTOS, matrícula SIAPE nº.843329, do

Quadro Permanente deste Ministério, falecido na inatividade em 11 de março de 2006, no valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do cargo de Tecnologista (NI) Classe "A", Padrão III, com vigência e efeitos financeiros a partir de 29 de julho de 2010, data de seu requerimento (habilitação tardia), alterando-se a partir da presente data as cotas de pensão dos demais beneficiários, em conformidade com o artigo 218 da Lei nº. 8.112/90. (Processo nº. 50000.031371/2008-77)MG;

Nº 695 -Conceder Pensão Temporária, nos termos dos artigos 215 e 217, inciso II, alínea "a", da Lei nº. 8112/1990 (D.O.U. 12/12/90), e CF, art. 40, § 7º, I, com a redação dada pela EC nº. 41, de 19.12.2003 c/c Medida Provisória nº. 167, de 19.02.2004 e art. 2º, I, da Lei nº. 10.887, de 18.06.2004, à ADILSON RODRIGUES PALHETA, filho inválido do ex-servidor AFONSO NERY PALHETA, matrícula SIAPE nº.793232, do Quadro Permanente deste Ministério, falecido na inatividade em 27 de dezembro de 2008, no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos (NI) Classe "A", Padrão IV, com vigência e efeitos financeiros a partir de 06 de agosto de 2010, data de seu requerimento (habilitação tardia), alterando-se a partir da presente data as cotas de pensão dos demais beneficiários, em conformidade com o artigo 218 da Lei nº. 8.112/90. (Processo nº. 50000.045424/200-51)MG;

Nº 696 -Conceder Pensão Vitalícia, nos termos dos artigos 215 e 217, inciso I, alínea "a", da Lei nº. 8112/1990 (D.O.U. 12/12/90), e CF, art. 40, § 7º, I, com a redação dada pela EC nº. 41, de 19.12.2003 c/c Medida Provisória nº. 167, de 19.02.2004 e art. 2º, I, da Lei nº. 10.887, de 18.06.2004, à DERCY BITTENCOURT DA SILVA, viúva do ex-servidor WALDOMIRO DOS REIS SILVA, matrícula SIAPE nº.856702, do Quadro Permanente deste Ministério, falecido na inatividade em 02 de janeiro de 2011, no valor correspondente a 100% (cem por cento) do cargo de Artífice de Eletricidade e Comunicação (NI) Classe "C", Padrão III, com vigência e efeitos financeiros a partir da data do óbito do ex-servidor. (Processo nº. 50000.005104/2011-40)SP;

Nº 697 -Conceder Pensão Vitalícia, nos termos dos artigos 215 e 217, inciso I, alínea "a", da Lei nº. 8112/1990 (D.O.U. 12/12/90), e CF, art. 40, § 7º, I, com a redação dada pela EC nº. 41, de 19.12.2003 c/c Medida Provisória nº. 167, de 19.02.2004 e art. 2º, I, da Lei nº. 10.887, de 18.06.2004, a VALDECI GOMES DA SILVA viúva da ex-servidora ONEIDE GOMES DA SILVA, matrícula SIAPE nº.860399, do Quadro Permanente deste Ministério, falecida na inatividade em 06 de dezembro de 2010, no valor correspondente a 100% (cem por cento) do cargo de Agente Administrativo (NI) Classe "S", Padrão III, com vigência e efeitos financeiros a partir da data do óbito do ex-servidora. (Processo nº. 50000.004707/2011-24) PB;

ROBSON DE SOUZA ANDRADE

### DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES

#### PORTARIA Nº 187, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2011

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 21, inciso III e Parágrafo único, da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 5765, de 27 de abril de 2006, publicado no D.O.U. de 28/04/2006, e o artigo 124, e Parágrafo único, do Regimento Interno do DNIT, aprovado pela Resolução nº 10, do Conselho de Administração, publicada no D.O.U. de 26.02.2007, e tendo em vista o contido no processo nº 50601.000019/2011-16, resolve:

Art. 1º - Designar os servidores EUDE ALVES DE SOUSA, matrícula DNIT nº 3050-3, Analista em contabilidade/Contador, ROGER WILLIAM NASCIMENTO RIBEIRO, matrícula DNIT nº 3545-9, Analista de Infraestrutura de Transportes/Engenheiro Civil e ROBERTO MAGNO RAMOS DE OLIVEIRA, matrícula DNIT nº 1572, Engenheiro Civil, ambos lotados na Superintendência Regional nos Estados do Amazonas e Roraima, para sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Tomada de Contas Especial, relativo ao Convênio nº 141/2005, o qual refere-se à construção do terminal Pesqueiro de Manaus/AM.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANTONIO PAGOT

## Conselho Nacional do Ministério Público

### CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

#### PORTARIA Nº 17, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2011

O CORREGEDOR NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, nos termos do artigo 75 do Regimento Interno do CNMP,

Considerando decisão proferida na Reclamação Disciplinar nº 984/2008-94, que determinou a instauração da sindicância (DJ nº 173, de 09.09.2010, p. 06), a Portaria CNMP-CN nº 79/2010, que designou membros da Comissão da Sindicância nº 1868.2010.15 (DJ nº 116, de 11.11.2010), e a Portaria CNMP-CN nº 04/2011, que prorrogou por 30 dias o prazo de conclusão dos trabalhos da referida comissão (DOU 2, de 03.02.2011, p. 49),

Considerando que a mencionada comissão solicitou prorrogação do prazo para o término dos trabalhos, resolve:

Prorrogar, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão da Sindicância citada.

SANDRO JOSÉ NEIS

#### PORTARIA Nº 20, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2011

O CORREGEDOR NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, Conselheiro Sandro José Neis, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO que, dentre outras atribuições, incumbe ao Corregedor Nacional, a teor do § 3º do art. 130-A da Constituição da República e do art. 31, inciso I, da Resolução nº 31, de 1º de setembro de 2008 (Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público), realizar de ofício sindicâncias, inspeções e correições, receber reclamações, representações e denúncias de qualquer interessado, relativas à atuação de membros do Ministério Público e dos seus serviços auxiliares;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional do Ministério Público, em Sessão Plenária realizada no dia 25 de agosto de 2009, aprovou, por unanimidade, o plano inicial de trabalho apresentado pelo Corregedor Nacional, relativo ao biênio 2009/2011, o qual possui como uma das prioridades a realização de visitas de inspeção em todas as Unidades do Ministério Público brasileiro;

CONSIDERANDO que os objetivos desta Corregedoria Nacional, além de detectar eventuais inadequações de ordens disciplinares ou administrativas, tomando as providências necessárias para o equacionamento das distorções constatadas, são os de também procurar orientar e encontrar mecanismos de uma maior eficiência nas atividades ministeriais, conhecendo projetos inovadores que possam ser futuramente aplicados em outras Unidades do Ministério Público;

CONSIDERANDO ser imprescindível, para uma visualização precisa do funcionamento do Ministério Público da União no Estado de São Paulo, inclusive para efeito de se encontrar as melhores soluções para a busca do aprimoramento institucional, a verificação in loco do funcionamento dos serviços que estão sendo prestados naquele Estado;

CONSIDERANDO que a Portaria CNMP-CN Nº 11/2011 e a Portaria CNMP-CN Nº 12/2011, ambas de 7 de fevereiro de 2011, instauraram procedimento de inspeção, respectivamente, na Procuradoria de Justiça Militar no Estado de São Paulo e na Procuradoria Regional do Trabalho - 2ª Região, no período de 14 a 18 de março de 2011;

CONSIDERANDO que cabe ao Corregedor Nacional do Ministério Público, nos termos do artigo 130-A, § 3º, inciso III, da Constituição Federal e artigo 31, inciso V, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, requisitar membros do Ministério Público e servidores;

CONSIDERANDO a existência de Termo de Cooperação Técnica entre o CNMP e o Tribunal do Contas do Estado de Santa Catarina; resolve:

1. Determinar que participarão dos trabalhos, além deste Corregedor Nacional, os Membros Auxiliares da Corregedoria Nacional do Ministério Público, Dr. Ernani Guetten de Almeida, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Dr. Cid Luiz Ribeiro Schmitz, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Dra. Ana Maria Villa Real Ferreira Ramos, Procuradora do Trabalho/MPT; Dra. Soraya Tabet Souto Maior, Procuradora do Trabalho/MPT; Dr. Elton Ghersele, Procurador Regional da República/MPF; Dr. André Vinícius Espírito Santo de Almeida, Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios/MPDFT; Dr. César Luís Rangel Coutinho, Procurador da Justiça Militar/MPM, aos quais, sem prejuízo dos poderes conferidos ao Corregedor Nacional do Ministério Público, delega a realização das atividades de inspeção e dos demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos trabalhos.

2. Requirir o Dr. Dermeval Farias Gomes Filho, Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios/MPDFT; o Dr. Marcos Regenold Fernandes, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Mato Grosso, e o Dr. Marcelo Pereira Marques, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, para integrarem a equipe de trabalho da Corregedoria Nacional do Ministério Público, como Membros Auxiliares, a fim de participar dos trabalhos de inspeção, aos quais, sem prejuízo dos poderes conferidos ao Corregedor Nacional do Ministério Público, delega a realização das atividades de inspeção e dos demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos trabalhos;

3. Designar o Auditor Fiscal de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Daison Fabrício Zilli dos Santos, o Analista de Controle Interno do Ministério Público Federal, Igor Vidal Araújo e o Analista de Informática do CNMP Paulo Célio Soares S. Júnior, para integrarem a equipe de inspeção, delegando-lhes poderes para a realização das atividades de inspeção e dos demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos trabalhos, sem prejuízo dos poderes conferidos ao Corregedor Nacional do Ministério Público;

4. Designar o servidor João Barbosa Lima, Chefe de Gabinete da Corregedoria Nacional do Ministério Público, como Secretário responsável pelas anotações e guarda dos documentos, arquivos eletrônicos e informações destinadas à consolidação dos trabalhos e a servidora Juliana Carvalho Garcia, Coordenadora Operacional de Comunicação da Secretaria de Comunicação Social do CNMP, para prestar apoio de assessoria de imprensa na abertura dos trabalhos;

5. Designar as servidoras Kamilla Soares Garcia, Assistente Administrativo do Ministério Público do Estado de Goiás; Dorian Wagner, Técnico Administrativo do CNMP; Patrícia Teixeira Oliveira, Analista Processual do CNMP; Amanda Cristina Ribeiro Fernandes, Técnico Administrativo do CNMP e Carlos Henrique Marques Pinheiro, Técnico Administrativo do CNMP, para auxiliarem nos trabalhos de inspeção;

6. Requirir a servidora Luciana César Costa Resende, Oficial de Gabinete do Ministério Público do Estado do Mato Grosso, para auxiliar nos trabalhos de inspeção.

SANDRO JOSÉ NEIS

## Ministério Público da União

### ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

#### PORTARIA Nº 82, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2011

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no art. 26, inciso IX, da Lei Complementar nº 75, de 20/5/1993, e a manifestação do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios na 179ª Sessão Ordinária, realizada em 11/02/2011, constante do Processo Administrativo MPDFT nº 08190.020259/10-16, resolve:

Art. 1º Promover, por antiguidade, o Doutor RAFAEL MO-DELLI SABATÉ, Promotor de Justiça Adjunto, ao cargo de Promotor de Justiça da carreira do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em vaga decorrente da promoção do Doutor José Valdenor Queiroz Júnior ao cargo de Procurador de Justiça, conforme Portaria PGR nº 226, de 11/05/2010, publicada no Diário Oficial da União de 12/05/2010, seção 2.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos nos termos do art. 199, § 1º, da Lei Complementar nº 75/1993.

DEBORAH DUPRAT

### MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL SECRETARIA-GERAL

#### PORTARIAS DE 25 DE FEVEREIRO DE 2011

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, EM EXERCÍCIO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 23, II, da Portaria PGR/MPF nº 591, de 20/11/08, e tendo em vista o disposto nos artigos 35, inciso I e 62, da Lei nº 8.112, de 11/12/90, resolve

Nº 259 - 1. Dispensar, a partir de 28 de fevereiro de 2011, ROSILENE SILVA ALVARENGA, ocupante do cargo de Técnico de Informática, matrícula 5302, da função de confiança de Secretário Administrativo, FC-2, da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

2. Designar DENISE ROCHA MARIANO VIEIRA, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, matrícula 20049, para exercer a função de confiança de Secretário Administrativo, FC-2, da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, EM EXERCÍCIO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 23, II, da Portaria PGR/MPF nº 591, de 20/11/2008, e tendo em vista o constante no Processo Administrativo nº 1.00.000.000459/2011-19, resolve

Nº 260 - Declarar vago, por motivo de posse em outro cargo público inacumulável, a partir de 22 de dezembro de 2010, o cargo de Analista Processual, classe A, padrão 4, da carreira de Analista do Ministério Público da União, ocupado pelo servidor JOSE ERICKSON FERREIRA RODRIGUES, matrícula 18189, nos termos do artigo 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112, de 11/12/1990.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, EM EXERCÍCIO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 23, II, da Portaria PGR/MPF nº 591, de 20/11/2008, e tendo em vista o constante no Processo Administrativo nº 1.03.000.000058/2011-57, resolve

Nº 261 - Declarar vago, por motivo de posse em outro cargo público inacumulável, a partir de 01 de fevereiro de 2011, o cargo de Técnico Administrativo, classe A, padrão 3, da carreira de Técnico do Ministério Público da União, ocupado pelo servidor PAULO FÚLVIO SANTOS MARINO, matrícula 16666, nos termos do artigo 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112, de 11/12/1990.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, EM EXERCÍCIO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 23, II, da Portaria PGR/MPF nº 591, de 20/11/08, e tendo em vista o disposto nos artigos 62 e 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11/12/90, resolve

Nº 262 - 1. Designar FLAVIA FRANCINNY BRITO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, matrícula 17967, para exercer a Função de Confiança FC-1, da Secretaria Geral do Ministério Público Federal, para ter exercício no Conselho Nacional do Ministério Público, dispensando-a, em consequência, da Função de Confiança FC-3, da referida Secretaria.

2. Designar DANIELA MONTAÑEZ ROCHA, ocupante do cargo de Analista Processual, matrícula 20821, para exercer a Função de Confiança FC-1, da Secretaria Geral do Ministério Público Federal, para ter exercício no Conselho Nacional do Ministério Público.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, EM EXERCÍCIO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 23, II, da Portaria PGR/MPF nº 591, de 20/11/08, e tendo em vista o disposto no artigo 62 da Lei nº 8.112, de 11/12/90, resolve

Nº 263 - Designar ERIKA AKEMI KIMURA, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, matrícula 14938, para exercer a função de confiança de Chefe de Registros, FC-2, da Coordenadoria de Registro e Informações Processuais, da Secretaria de Acompanhamento Documental e Processual do Ministério Público Federal.

LEOPOLDO KLOSOVSKI FILHO

### PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

#### PORTARIAS DE 25 DE FEVEREIRO DE 2011

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições conferidas pelo art. 106, inciso III, do Regimento Interno do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria PGR nº 591, de 20 de novembro de 2008, resolve:

Nº 93 - Dispensar a servidora ALEXANDRA TOSI, matrícula 5610-3, ocupante do cargo de Analista Processual, código AN 101.00, classe C, padrão 15, da função de Chefe do Núcleo Jurídico IV, FC-3, da Procuradoria da República em Santa Catarina.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições conferidas pelo art. 106, inciso III, do Regimento Interno do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria PGR nº 591, de 20 de novembro de 2008, resolve:

Nº 97 - Designar o servidor AIRTON CASSOL, matrícula nº 12121, ocupante do cargo de Analista Processual, código AN 101.00, classe B, padrão 6, para função de Chefe do Núcleo Jurídico IV, FC-3, da Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições conferidas pelo art. 106, inciso III, do Regimento Interno do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria PGR nº 591, de 20 de novembro de 2008, resolve:

Nº 102 - Dispensar o servidor ROBERTO LUIZ SOARES DI SANTO, matrícula 20321, ocupante do cargo de Técnico de Informática, código TC202.00, classe A, padrão 2, da função de Chefe do Setor Jurídico, FC-01, da Procuradoria da República no Município de Mafra.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições conferidas pelo art. 106, inciso III, do Regimento Interno do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria PGR nº 591, de 20 de novembro de 2008, resolve:

Nº 103 - Dispensar a servidora KENIA BERNARDES BORDERES, matrícula 20896-5, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, código TC 20100, classe A, padrão 2, do encargo de Assessor Nível I do Gabinete do Dr. Daniel Holzmann Coimbra, FC-02, da Procuradoria da República no Município de Mafra.

CARLOS AUGUSTO DE AMORIM DUTRA

### PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

#### PORTARIA Nº 279, DE 21 DE JANEIRO DE 2011

A PROCURADORA CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições previstas no inciso II do artigo 50 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, considerando a competência que lhe foi delegada por meio da Portaria PGR nº 591, de 20 de novembro de 2008, e a decisão da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, de 07 de fevereiro de 2011, resolve:

I - Designar o Procurador da República Rubens José de Calasans Neto, lotado na Procuradoria da República no Município de Sorocaba, e, nas suas férias e demais impedimentos, o Procurador que o substituir, para oficiar nos autos nº0011632-55.2010.403.6110, em trâmite perante a 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Sorocaba;



II - Determinar sejam remetidos os autos à Procuradoria da República no Município de Sorocaba, para registro e encaminhamento ao Procurador da República designado.

ADRIANA SCORDAMAGLIA

#### PORTARIAS DE 22 DE FEVEREIRO DE 2011

A PROCURADORA CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições previstas no inciso II do artigo 50 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, considerando a competência que lhe foi delegada pela Portaria PGR nº 458, de 02 de julho de 1998, e a decisão da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, de 07 de fevereiro de 2011; resolve:

Nº 290 - I - Designar o Procurador da República UENDEL DOMINGUES UGATTI, lotado na Procuradoria da República no Município de Ribeirão Preto, e nas suas férias e demais impedimentos, o Procurador que o substituir, para officiar nos autos das Peças Informativas nº 1.34.010.000413/2009-88, em trâmite perante o 3º Ofício Criminal da Procuradoria da República em Ribeirão Preto;

II - Determinar seja remetida a presente Portaria à Procuradoria da República no Município de Ribeirão Preto, bem como os autos à Procuradora da República designado.

A PROCURADORA CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições previstas no inciso II do artigo 50 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, considerando a competência que lhe foi delegada por meio da Portaria PGR nº 591, de 20 de novembro de 2008, e a decisão da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, de 07 de fevereiro de 2011, resolve:

Nº 291 - I - Designar o Procurador da República ANDRÉ LOPES LASMAR, lotado na Procuradoria da República no Município de São Bernardo do Campo, e, nas suas férias e demais impedimentos, o Procurador que o substituir, para officiar nos autos das Peças Informativas nº 1.34.011.000176/2010-89, em trâmite perante o 3º Ofício Criminal da Procuradoria da República em São Bernardo do Campo;

II - Determinar sejam remetidos os autos à Procuradoria da República no Município de São Bernardo do Campo, para registro e encaminhamento ao Procurador da República designado.

A PROCURADORA CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Portaria PGR nº 591, de 20 de novembro de 2008, resolve:

Nº 292 - Dispensar, a partir de 20/12/2010, o servidor CESAR FREIRE CAVALCANTE, Matrícula nº 3850-4, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, Classe C, Padrão 15, da Função de Confiança de Assessor (Nível I) do Gabinete da Exma. Dra. Daniela de Oliveira Mendes (GABPRM1) - FC-2, da Procuradoria da República no Município de Araraquara, por motivo de remoção.

ADRIANA SCORDAMAGLIA

#### PORTARIA Nº 300, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2011

A PROCURADORA CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições previstas no inciso II, do artigo 50 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, considerando a competência que lhe foi delegada pela Portaria PGR nº 591, de 20 de novembro de 2008 e o teor do Ofício nº 3.965/2011, resolve:

I - Designar o Procurador da República em São Paulo, RODRIGO DE GRANDIS, para atuar em conjunto com a Procuradora da República em São Paulo ANAMARA OSÓRIO SILVA, nos autos nº 2007.61.81.001285-2 e nº 0007986-86.2008.403.61.81, em trâmite perante a 6ª Vara Federal Criminal em São Paulo.

II - Determinar seja dado conhecimento aos Procuradores da República mencionados e à Divisão Criminal.

ADRIANA SCORDAMAGLIA

#### PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ

#### PORTARIAS DE 24 DE FEVEREIRO DE 2011

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os termos da Portaria PGR nº 70, de 21 de fevereiro de 2001, publicada no D.O.U. Nº 38, Seção 2, de 23 de fevereiro de 2011;

CONSIDERANDO o art. 1º da Resolução nº 2, de 16 de fevereiro de 2011, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, e

CONSIDERANDO as deliberações constantes da ata de reunião de Procuradores realizada no dia 26 de novembro de 2010, resolve:

Nº 138 - Art. 1º - Designar o Procurador da República LUIS CARLOS OLIVEIRA JUNIOR para, sem prejuízo de suas funções, exercer as atribuições inerentes ao MPF junto à 23ª Vara Federal, sediada no município de Quixadá, até ulterior deliberação;

Art. 2º - Designar os Procuradores da República ROMULO MOREIRA CONRADO e RAFAEL RIBEIRO RAYOL para, sem prejuízo de suas funções, exercerem as atribuições inerentes ao MPF junto à 25ª Vara Federal, sediada no município de Iguatu, até ulterior deliberação;

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor em 1º de março de 2011.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os termos da Portaria PGR nº 70, de 21 de fevereiro de 2001, publicada no D.O.U. Nº 38, Seção 2, de 23 de fevereiro de 2011;

CONSIDERANDO as deliberações constantes da ata de reunião de Procuradores realizada no dia 26 de novembro de 2010, e CONSIDERANDO a necessidade do serviço, resolve:

Nº 139 - Art. 1º - Designar o Procurador da República FERNANDO ANTÔNIO NEGREIROS LIMA para, sem prejuízo de suas funções, exercer as atribuições inerentes ao MPF junto à 24ª Vara Federal, sediada no município de Tauá, no período de 3 a 4 de março de 2011.

FRANCISCO MACHADO TEIXEIRA

#### PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL

#### PORTARIAS DE 22 DE FEVEREIRO DE 2011

A PROCURADORA REGIONAL ELEITORAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições, com fundamento nos artigos 78 e 79, parágrafo único, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, tendo em vista o que consta da Resolução Conjunta nº 001/2008-PRE-PGJ, de 2 de junho de 2008, e das Portarias n.ºs 120/2011-PGJ, 123/2011-PGJ, 124/2011-PGJ, 127/2011-PGJ, 129/2011-PGJ, 131/2011-PGJ e 132/2011-PGJ, todas de 31 de janeiro de 2011, resolve:

Nº 12 - Designar a Promotora de Justiça VIVIANE ZUFFO VARGAS para exercer as funções de Promotora de Justiça Eleitoral perante a 39ª Zona Eleitoral (Deodápolis/MS), a partir de 31/01/2011, até ulterior deliberação, dispensando o Promotor de Justiça DANIEL DO NASCIMENTO BRITTO, designado através da portaria PRE/MS nº 48, de 8 de Novembro de 2010;

Nº 13 - Designar a Promotor de Justiça Substituto ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR para exercer as funções de Promotor de Justiça Eleitoral perante a 26ª Zona Eleitoral (Sonora/MS), a partir de 31/01/2011, até ulterior deliberação, dispensando o Promotor de Justiça GEORGE CÁSSIO TIOSSO ABBUD, designado através da portaria PRE/MS nº 24, de 7 de Fevereiro de 2008;

Nº 14 - Designar o Promotor de Justiça Substituto PERSIO RICARDO PERRELLA SCARABEL para exercer as funções de Promotor de Justiça Eleitoral perante a 34ª Zona Eleitoral (Bandeirantes/MS), no período de 31/01/2011 a 06/02/2011 e perante a 17ª Zona Eleitoral (Bela Vista/MS), a partir de 07/02/2011, até ulterior deliberação, dispensando a Promotora de Justiça LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO, designada através da portaria PRE/MS nº 13, de 2 de Março de 2009;

Nº 15 - Designar o Promotor de Justiça Substituto LEANDRO LEITE CARVALHO CAMPOS para exercer as funções de Promotor de Justiça Eleitoral perante a 45ª Zona Eleitoral (Nioaque/MS), a partir de 31/01/2011, até ulterior deliberação, dispensando a Promotora de Justiça ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO, designada através da portaria PRE/MS nº 33, de 25 de Maio de 2009;

Nº 16 - Designar o Promotor de Justiça Substituto LEONARDO DUMONT PALMERSTON, para exercer as funções de Promotor de Justiça Eleitoral perante a 17ª Zona Eleitoral (Bela Vista/MS), no período de 31/01/2011 a 06/02/2011, em razão de licença e férias da titular;

Nº 17 - Designar a Promotora de Justiça Substituta NARA MENDES DOS SANTOS, para exercer as funções de Promotora de Justiça Eleitoral perante a 49ª Zona Eleitoral (Anastácio/MS), no período de 07/02/2011 a 06/03/2011;

Nº 18 - Designar a Promotora de Justiça JANELI BASSO, para exercer as funções de Promotora de Justiça Eleitoral perante a 49ª Zona Eleitoral (Anastácio/MS), no período de 31/01/2011 a 02/02/2011.

A PROCURADORA REGIONAL ELEITORAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições, com fundamento nos artigos 78 e 79, parágrafo único, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, tendo em vista o que consta da Resolução Conjunta nº 001/2008-PRE-PGJ, de 2 de junho de 2008, e das Portarias n.ºs 134/2011-PGHJ, 135/2011-PGJ, 136/2011-PGJ, 137/2011-PGJ, todas de 31 de Janeiro de 2011 e 194/2011-PGJ, de 8 de Fevereiro de 2011, resolve:

Nº 19 - Revogar, a partir de 31 de Janeiro de 2011, a portaria PRE/MS nº 46, de 23 de Julho de 2009, que designou o Promotor de Justiça DOUGLAS SILVA TEIXEIRA para exercer as funções de Promotor de Justiça Eleitoral perante a 49ª Zona Eleitoral (Anastácio/MS), a partir de 20/07/2009, até ulterior deliberação;

Nº 20 - Revogar, a partir de 31 de Janeiro de 2011, a portaria PRE/MS nº 64, de 28 de Abril de 2008, que designou a Promotora de Justiça ROSALINA CRUZ CAVAGNOLLI para exercer as funções de Promotora de Justiça Eleitoral perante a 46ª Zona Eleitoral (Sete Quedas/MS), a partir de 22/04/2008, até ulterior deliberação;

Nº 21 - Designar o Promotor de Justiça FABRÍCIO SECAFEN MINGATI para exercer as funções de Promotor de Justiça Eleitoral perante a 46ª Zona Eleitoral (Sete Quedas/MS), a partir de 07/02/2011, até ulterior deliberação;

Nº 22 - Designar a Promotora de Justiça MARJORIE DE OLIVEIRA ZANCHETTA, para exercer as funções de Promotora de Justiça Eleitoral perante a 34ª Zona Eleitoral (Bandeirantes/MS), no período de 07/02/2011 a 06/03/2011, em razão de férias da titular;

Nº 23 - Designar os Promotores de Justiça abaixo nominados para atuarem perante a Justiça Eleitoral, em razão de licença dos titulares, nos períodos especificados:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	ZONA ELEITORAL	PERÍODO
Ricardo Rotunno	1ª	09/02/2011 a 08/03/2011
Adriano Lobo Viana de Resende	3ª	03/02/2011 a 04/03/2011
Luiz Antonio Freitas de Almeida	11ª	01/02/2011 a 06/02/2011
Rosalina Cruz Cavagnoli		07/02/2011 a 08/03/2011
Daniel Pivaro Stadniky	23ª	09/02/2011 a 10/03/2011
Wilson Canci Junior	47ª	01/02/2011 a 02/03/2011

Nº 24 - Designar a Promotora de Justiça DANIELE BORGHETTI ZAMPIERI DE OLIVEIRA, para exercer as funções de Promotora de Justiça Eleitoral perante a 31ª Zona Eleitoral (Sidrolândia/MS), no período de 16/02/2011 a 25/02/2011, em razão de férias da titular.

DANILCE VANESSA ARTE ORTIZ CAMY

#### PORTARIAS DE 24 DE FEVEREIRO DE 2011

A PROCURADORA REGIONAL ELEITORAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições, com fundamento nos artigos 78 e 79, parágrafo único, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, tendo em vista o que consta da Resolução Conjunta nº 001/2008-PRE-PGJ, de 2 de junho de 2008, e das Portarias n.ºs 209/2011-PGJ, 210/2011-PGJ, 211/2011-PGJ e 212/2011-PGJ, todas de 11 de Fevereiro de 2011, resolve:

Nº 25 - Designar o Promotor de Justiça RODRIGO YSHIDA BRANDÃO para exercer as funções de Promotor de Justiça Eleitoral perante a 48ª Zona Eleitoral (Chapadão do Sul/MS), no período de 01/03/2011 a 30/03/2011, em razão de férias do titular;

Nº 26 - Designar o Promotor de Justiça LUCIANO FURTADO LOUBET para exercer as funções de Promotor de Justiça Eleitoral perante a 30ª Zona Eleitoral (Bonito/MS), no período de 15/02/2011 a 28/02/2011, em razão de férias do titular;

Nº 27 - Designar o Promotor de Justiça Substituto LEONARDO DUMONT PALMERSTON para exercer as funções de Promotor de Justiça Eleitoral perante a 19ª Zona Eleitoral (Ponta Porã/MS), no período de 09/03/2011 a 07/04/2011, em razão de férias da titular;

Nº 28 - Designar o Promotor de Justiça RONALDO VIEIRA FRANCISCO, para exercer as funções de Promotor de Justiça Eleitoral perante a 42ª Zona Eleitoral (Inocência/MS), no período de 14/03/2011 a 18/03/2011, em razão de férias da titular.

DANILCE VANESSA ARTE ORTIZ CAMY

#### PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

#### PORTARIA Nº 139, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2011

O PROCURADOR-CHEFE SUBSTITUTO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ, designado pela Portaria PGR 628/2010, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 106 e incisos do Regimento Interno do Ministério Público Federal (aprovado pela Portaria PGR nº 591, de 20 de novembro de 2008), e tendo em vista o disposto nos artigos 143 e 148 da Lei nº 8.112, de 1990, resolve:

1. Dispensar, EDUARDO PADILHA MARTELOSSO, matrícula 10807-3, analista processual, da função de Assessor - Nível I, FC-2, do Gabinete da Dra. Letícia Pohl Martello, da Procuradoria da República no Estado do Paraná.

2. Designar PRISCILA FRANCIELLE ALVES FERREIRA, matrícula 15439-3, analista processual, para exercer a função de Assessor - Nível I, FC-2, do Gabinete da Dra. Letícia Pohl Martello, da Procuradoria da República no Estado do Paraná.

JOÃO VICENTE BERALDO ROMÃO

**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE****PORTARIA Nº 9, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2011**

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria PGR nº 591, de 20 de novembro de 2008, resolve:

Art. 1º - Dispensar, a pedido, a partir do dia 21/02/2011, a servidora RITA ZARUR CORREA, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, matrícula 8745, da Função de Chefe do Setor Administrativo, FC-1, da Procuradoria da República no Município de Mossoró/RN, em virtude de remoção conforme Portaria SG/MPU nº 16, de 15 de junho de 2010.

FABIO NESI VENZON

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
DIRETORIA-GERAL****PORTARIAS DE 24 DE FEVEREIRO DE 2011**

A Diretora-Geral do Ministério Público do Trabalho, em exercício, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 160 da Portaria MPT-PGT nº 499, de 12 de dezembro de 2008, resolve:

Nº 83 - Nomear a servidora MARIA SUELI BORGHI, matrícula 6002894-7, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, para o cargo em comissão, código CC-2, da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região/SP, dispensando-a da função de confiança, código FC-2, que ocupa atualmente.

A Diretora-Geral do Ministério Público do Trabalho, em exercício, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 160 da Portaria MPT-PGT nº 499, de 12 de dezembro de 2008, resolve:

Nº 84 - Exonerar, a pedido, o servidor SÉRGIO RICARDO DUARTE DE LIMA, matrícula 6005204-X, do cargo em comissão de Diretor da Divisão de Processos, código CC-2, da Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região/PE.

SANDRA CRISTINA DE ARAÚJO

**PROCURADORIAS REGIONAIS  
13ª REGIÃO****PORTARIA Nº 11, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2011**

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º. Ratificar a servidora TEREZA CRISTINA MATOS DE CARVALHO, matrícula nº 6000628-5, Técnico Administrativo, FC-02, no encargo de Gestor Financeiro da Procuradoria Regional do Trabalho da 13ª Região/PB, designada pela Portaria nº 24, de 10 de março de 2009, do Procurador-Chefe desta PRT.

Art. 2º. Dispensar o servidor FERNANDO JOSÉ FROTA DE BARROS SILVA, matrícula nº 6004424-4, do encargo de Gestor Financeiro Substituto nos afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares da servidora TEREZA CRISTINA MATOS DE CARVALHO, matrícula nº 6000628-5, FC-02.

Art. 3º. Designar o servidor CELSO FARIAS PRIMO, matrícula 6001083-5, Técnico Administrativo, para o encargo de Gestor Financeiro Substituto nos afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares da servidora TEREZA CRISTINA MATOS DE CARVALHO, matrícula nº 6000628-5, FC-02.

Art. 4º. Designar o servidor FERNANDO JOSÉ FROTA DE BARROS SILVA, matrícula nº 6004424-4, para o encargo de Gestor Financeiro Eventual, nos afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares, simultâneos, do Gestor Financeiro e do Gestor Financeiro Substituto.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias anteriores, principalmente os art. 2º e 3º da Portaria nº 24, de 10 de março de 2009, do Procurador-Chefe desta PRT.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO VARANDAS ARARUNA

**Tribunal de Contas da União****SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS****PORTARIA Nº 22, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2011(\*)**

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso II do art. 1º da Portaria nº 18, de 5 de fevereiro de 2010, do Secretário-Geral de Administração deste Tribunal, resolve:

Art. 1º Designar ALFRAM ROBERTO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE, Matrícula 5562-0, AUFC, para exercer, na Diretoria de Gestão do Ambiente Computacional/SETIC/SEGEPRES, a função de confiança de Diretor, Código FC-4, ficando, em conse-

quência, dispensado, a contar de 7 de fevereiro de 2011, da função de confiança de Chefe de Serviço, Código FC-3, exercida no Serviço de Infraestrutura de Rede/DIAMB/SEGEPRES.

Art. 2º Designar JOSÉ RENATO ALVES AFFONSO, Matrícula 7651-1, AUFC, para exercer, na Diretoria de Relacionamento com Clientes/SETIC/SEGEPRES, a função de confiança de Diretor, Código FC-4, ficando, em consequência, dispensado, a contar de 7 de fevereiro de 2011, da função de confiança de Diretor, Código FC-4, exercida na Diretoria de Gestão do Ambiente Computacional/SETIC/SEGEPRES.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELA DUARTE DO NASCIMENTO FRANJÃO  
Em Substituição

(\*) Republicada por ter saído, no DOU de 9/2/2011, Seção 2, página 54, com incorreção no original.

**DIRETORIA DE INFORMAÇÕES, GESTÃO DO DESEMPENHO E MOVIMENTAÇÕES****PORTARIA Nº 53, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2011**

A DIRETORA DE INFORMAÇÕES, GESTÃO DO DESEMPENHO E MOVIMENTAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso II do art. 2º da Portaria nº 17, de 18 de fevereiro de 2010, do Secretário de Gestão de Pessoas deste Tribunal, resolve:

Art. 1º Designar ANA LUCIA BARBOSA CUNHA, Matrícula 1559-8, TEFC, para exercer, no Gabinete do Auditor Augusto Sherman, a função de confiança de Auxiliar de Gabinete, Código FC-1, ficando, em consequência, dispensada, da função de confiança de Assistente Administrativo, Código FC-1, exercida no Serviço de Administração da Secretaria de Infraestrutura de TI/SETIC/SEGEPRES.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CAROLINA BESERRA PFEILSTICKER DE ALMEIDA

**Poder Legislativo****CÂMARA DOS DEPUTADOS****ATOS DE 23 DE FEVEREIRO DE 2011**

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "b" do inciso I do artigo 1º do Ato da Mesa n. 205, de 28 de junho 1990, e considerando o disposto no Acórdão n. 2076/2005-TCU-Plenário, resolve:

Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, ao servidor Dalci Ziero, ponto n. 4.787, no cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo, atribuição Adjunto Parlamentar, área Secretaria, Classe Especial, Padrão 33, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional n. 47, de 5 de julho de 2005, com as vantagens previstas no § 1º do artigo 4º da Resolução n. 70, de 24 de novembro de 1994, c/c o artigo 2º do Ato da Mesa n. 41, de 29 de agosto de 1996, e no artigo 62-A da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, à servidora Jane Marques França, ponto n. 1.747, no cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo, atribuição Técnica Legislativa, Classe Especial, Padrão 45, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional n. 47, de 5 de julho de 2005, com as vantagens previstas no § 1º do artigo 4º da Resolução n. 70, de 24 de novembro de 1994, c/c o artigo 2º do Ato da Mesa n. 41, de 29 de agosto de 1996, e no artigo 62-A da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, ao servidor JOÃO LAURENTINO DE OLIVEIRA, ponto nº 4.646, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo - atribuição Adjunto Parlamentar, Classe Especial, Padrão 33, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, com as vantagens previstas no § 1º do artigo 4º da Resolução nº 70, de 24 de novembro de 1994, c/c artigo 2º do Ato da Mesa nº 41, de 29 de agosto de 1996, e no artigo 62-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, à servidora Maria do Carmo Braga Alves, ponto n. 3.443, no cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo, atribuição Agente de Serviços Legais, área Serviços de Atendimento, Classe Especial, Padrão 33, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional n. 47, de 5 de julho de 2005, com as vantagens previstas no § 1º do artigo 4º da Resolução n. 70, de 24 de novembro de 1994, c/c o artigo 2º do Ato da Mesa n. 41, de 29 de agosto de 1996, e no artigo 62-A da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "b" do inciso I do artigo 1º do Ato da Mesa n. 205, de 28 de junho 1990, e considerando os termos do Acórdão n. 2076/2005-TCU-Plenário, resolve:

Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, à servidora Joana Alves Pugas, ponto n. 3.736, no cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo, atribuição Agente de Serviços Legais, área Serviços de Atendimento, Classe Especial, Padrão 33, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional n. 47, de 5 de julho de 2005, com as vantagens previstas no § 1º do artigo 4º da Resolução n. 70, de 24 de novembro de 1994, c/c o artigo 2º do Ato da Mesa n. 41, de 29 de agosto de 1996, e no artigo 62-A da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, ao servidor João Batista de Souza, ponto n. 4.693, no cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo, atribuição Adjunto Parlamentar, área Secretaria, Classe Especial, Padrão 33, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional n. 47, de 5 de julho de 2005, com as vantagens previstas no § 1º do artigo 4º da Resolução n. 70, de 24 de novembro de 1994, c/c o artigo 2º do Ato da Mesa n. 41, de 29 de agosto de 1996, e no artigo 62-A da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, ao servidor Marelson Francisco Bueno, ponto n. 4.791, no cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo, atribuição Adjunto Parlamentar, área Secretaria, Classe Especial, Padrão 33, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional n. 47, de 5 de julho de 2005, com as vantagens previstas no § 1º do artigo 4º da Resolução n. 70, de 24 de novembro de 1994, c/c o artigo 2º do Ato da Mesa n. 41, de 29 de agosto de 1996, e no artigo 62-A da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, à servidora Maria das Graças Cavalcanti de Siqueira Cabral Dias, ponto n. 4.550, no cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo, atribuição Adjunto Parlamentar, área Secretaria, Classe Especial, Padrão 33, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional n. 47, de 5 de julho de 2005, com as vantagens previstas no § 1º do artigo 4º da Resolução n. 70, de 24 de novembro de 1994, c/c o artigo 2º do Ato da Mesa n. 41, de 29 de agosto de 1996, e no artigo 62-A da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, à servidora Marli Mustefaga Guaraciaba, ponto n. 4.432, no cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo, atribuição Técnica Legislativa, Classe Especial, Padrão 45, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional n. 47, de 5 de julho de 2005, com as vantagens previstas no § 1º do artigo 4º da Resolução n. 70, de 24 de novembro de 1994, c/c o artigo 2º do Ato da Mesa n. 41, de 29 de agosto de 1996, e no artigo 62-A da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "b" do inciso I do artigo 1º do Ato da Mesa n. 205, de 28 de junho 1990, resolve:

Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, ao servidor Eli Alves da Costa, ponto n. 3.854, no cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo, atribuição Agente de Serviços Legais, Classe Especial, Padrão 33, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional n. 47, de 5 de julho de 2005, com a vantagem prevista no artigo 62-A da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, ao servidor ELIAS BATISTA TEODORO, ponto nº 3.956, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo - atribuição Agente de Serviços Legais, Classe Especial, Padrão 33, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, com a vantagem prevista no artigo 62-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, à servidora Esmeralda Silveira e Reis, ponto n. 1.858, no cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo, atribuição Técnico em Documentação e Informação Legislativa, Classe Especial, Padrão 45, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional n. 47, de 5 de julho de 2005, com a vantagem prevista no artigo 62-A da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, ao servidor Pires Silva Bragança, ponto n. 4.2043, no cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo, atribuição Técnico em Comunicação Social, Classe Especial, Padrão 45, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional n. 47, de 5 de julho de 2005, com a vantagem prevista no artigo 62-A da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, à servidora Laura Raquel Dutra Janino, ponto n. 4.400, no cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo, atribuição Assistente Administrativo, Classe Especial, Padrão 33, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional n. 47, de 5 de julho de 2005, com a vantagem prevista no artigo 62-A da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, à servidora Lívia Costa, ponto n. 4.171, no cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo, atribuição Taquígrafo Legislativo, Classe Especial, Padrão 45, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional n. 47, de 5 de julho de 2005, com a vantagem prevista no artigo 62-A da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, ao servidor Luiz Gonzaga de Souto, ponto n. 3.303, no cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo - atribuição Agente de Serviços Legais, Classe Especial, Padrão 33, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional n. 47, de 5 de julho de 2005, com a vantagem prevista no artigo 62-A da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.